

EEM – Empresa de Electricidade, S.A.

Demonstrações financeiras

30 de setembro de 2021

Demonstrações financeiras
30 de setembro de 2021

1. Demonstrações financeiras

Balço Individual em 30 de setembro de 2021		(Euros)	
Ativo		2021	31/12/2020
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	341.121.995,27	343.863.438,39	
Propriedades de investimento	1.663.700,00	1.663.700,00	
Ativos intangíveis	6.108.217,54	7.092.426,93	
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	62.331.605,96	62.561.969,11	
Cientes	5.994.321,27	6.348.658,90	
Créditos a receber	6.493.361,27	-	
Outros investimentos financeiros	930.437,03	923.886,98	
Ativos por impostos diferidos	147.968,17	319.390,39	
	424.791.606,51	422.773.470,70	
Ativo corrente			
Inventários	11.688.503,78	12.255.541,61	
Cientes	22.375.660,06	21.448.305,34	
Estado e outros entes públicos	-	733.403,20	
Outros créditos a receber	85.502.121,20	96.123.412,70	
Diferimentos	130.942,20	217.401,70	
Caixa e depósitos bancários	8.847.537,01	12.666.193,94	
	128.544.764,25	143.444.258,49	
Total do Ativo	553.336.370,76	566.217.729,19	
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital subscrito	20.000.000,00	20.000.000,00	
Reservas legais	4.020.148,26	4.020.148,26	
Outras reservas	20.431.379,23	20.021.652,00	
Resultados transitados	48.514.425,84	47.326.880,81	
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	57.294.469,45	55.584.452,76	
Resultado líquido do período	2.369.035,99	4.097.272,27	
Total do capital próprio	152.629.458,77	151.050.406,10	
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	6.458.377,18	6.458.377,18	
Financiamentos obtidos	254.618.266,77	254.618.266,77	
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	16.460.664,62	17.381.212,45	
Outras dívidas a pagar	14.644.268,92	15.760.281,05	
	292.181.577,49	294.218.137,45	
Passivo corrente			
Fornecedores	30.288.290,38	24.903.397,59	
Estado e outros entes públicos	4.427.615,43	4.498.029,82	
Financiamentos obtidos	57.757.211,83	71.307.354,91	
Outras dívidas a pagar	16.052.216,86	20.240.403,32	
	108.525.334,50	120.949.185,64	
Total do passivo	400.706.911,99	415.167.323,09	
Total do capital próprio e do passivo	553.336.370,76	566.217.729,19	

O Contabilista Certificado

Robine Gencelvis

O Conselho de Administração

[Assinatura]

Demonstrações financeiras
30 de setembro de 2021

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Período findo em 30 de setembro de 2021

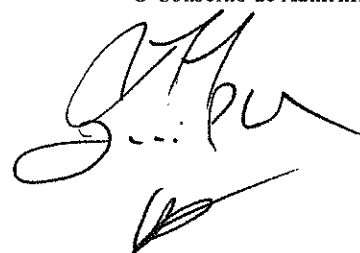
(Euros)

Rendimentos e gastos		
	2021	2020
Vendas e serviços prestados	139.654.172,11	129.672.239,61
Subsídios à exploração	108.079,95	57.258,90
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto	(1.533.016,99)	(2.296.776,67)
Trabalhos para a própria entidade	10.208.221,58	9.780.227,66
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(72.317.022,95)	(65.760.768,75)
Fornecimentos e serviços externos	(11.771.303,65)	(10.268.675,56)
Gastos com o pessoal	(24.714.049,97)	(24.449.168,93)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(1.250.000,00)	(1.875.000,00)
Outros rendimentos	2.011.326,77	3.033.489,88
Outros gastos	(5.334.711,35)	(5.583.179,36)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	35.061.695,50	32.309.646,78
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(29.707.755,94)	(26.355.706,29)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	5.353.939,56	5.953.940,49
Juros e rendimentos similares obtidos	511.847,61	385.033,08
Juros e gastos similares suportados	(2.319.341,10)	(3.387.264,97)
Resultado antes de impostos	3.546.446,07	2.951.708,60
Imposto sobre o rendimento do período	(1.177.410,08)	(1.394.266,17)
Resultado líquido do período	2.369.035,99	1.557.442,43

O Contabilista Certificado

Rubina Gonçalves

O Conselho de Administração



Demonstrações financeiras
30 de setembro de 2021

Demonstração Individual de fluxos de caixa
Período findo em 30 de setembro de 2021

	<i>(Euros)</i>	
	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	171.519.978,18	160.456.449,60
Pagamentos a fornecedores	(88.884.219,01)	(95.710.786,58)
Pagamentos ao pessoal	(24.532.873,39)	(23.875.332,59)
Caixa gerada pelas operações	58.102.885,78	40.870.330,43
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	485.816,83	(265.830,58)
Outros recebimentos/pagamentos	(22.143.701,91)	(17.678.125,58)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	36.445.000,70	22.926.374,27
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>		
Ativos fixos tangíveis	(12.694.663,72)	(14.903.256,10)
Ativos intangíveis	(9.035.327,87)	(4.234.651,29)
Outros Ativos	(1.309.563,65)	(1.640.080,95)
<u>Recebimentos provenientes de:</u>		
Outros Ativos	-	426.292,50
Subsídios ao investimento	3.909.489,78	3.226.387,07
Juros e rendimentos similares	114,26	137,08
Dividendos	-	950.000,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(19.129.951,20)	(16.175.171,69)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
<u>Recebimentos provenientes de:</u>		
Financiamentos obtidos	-	41.500.000,00
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>		
Financiamentos obtidos	(13.333.333,33)	(11.666.666,70)
Juros e gastos similares	(2.800.373,10)	(3.566.920,95)
Dividendos	(5.000.000,00)	(3.000.000,00)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	(21.133.706,43)	23.266.412,35
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(3.818.656,93)	30.017.614,93
Caixa e seus equivalentes no início do período	12.666.193,94	6.615.673,34
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8.847.537,01	36.633.288,27

O Contabilista Certificado

Rubina Gonçalves

O Conselho de Administração





2. Notas às Demonstrações financeiras

2.1. Nota introdutória

Após um início de 2021 caracterizado pelo expressivo agravamento da situação pandémica no país e pela adoção de fortes medidas de confinamento, o começo do 2º trimestre foi assinalado por uma gradual redução das políticas de restrição e de controlo pandémico. Verificou-se assim uma progressiva abertura das atividades económicas e sociais, condicionadas pelo surgimento de vários focos de contágio com variantes do coronavírus SARS-COV-2, que originaram alguns avanços e recuos no processo de desconfinamento, de acordo com a avaliação de incidência por concelho.

No atual contexto de avanços na vacinação e de manutenção dos apoios das políticas económicas, o Banco de Portugal reviu o crescimento previsto para 2021 em alta, apontando um aumento do nível de atividade económica portuguesa em 4,8%. Relativamente a 2022, esta instituição, prevê um crescimento do PIB de 5,6%, o que perspetiva a recuperação do nível de atividade económica alcançada em 2019, para o início de 2022. Fatores como o caráter exógeno do choque, a resposta tempestiva da política orçamental e monetária, bem como os efeitos limitados no sistema financeiro, favorecem o otimismo na recuperação do PIB. Por seu lado, a Comissão Europeia manteve inalteradas as previsões de crescimento do PIB português em 3,9% e 5,1% para 2021 e 2022, respetivamente.

Esta perspetiva de recuperação económica deve-se também a uma maior resiliência das famílias e empresas resultante do processo de aprendizagem ocorrido ao longo do período pandémico e em virtude das expectativas de um menor impacto das medidas de confinamento no corrente ano, devendo ser impulsionada, maioritariamente, pela recuperação do consumo interno, bem como ao apoio à atividade dos setores público e privado, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), cujo processo de aprovação pela União Europeia ficou concluído em 13 de julho do corrente ano.

À semelhança do sucedido em 2020, é expectável que a redução do consumo de energia verificada nos primeiros meses de 2021, contribua para a rejeição de alguma energia de fontes renováveis no sistema elétrico.

Tendo em conta a estreita relação do sector da energia com o mercado e economia madeirense, o consumo de energia elétrica tem variado de acordo com os avanços e recuos nas medidas de controlo da propagação do vírus, quer na Região Autónoma, quer nos mercados emissores de turistas. Em termos acumulados, o consumo de energia até o final do 3º trimestre de 2021 foi 3,6% acima do verificado em igual período do ano anterior. Desde março que se tem verificado



uma progressiva e sustentada recuperação do consumo de energia, fruto da recuperação da atividade económica, tendo inclusivamente o mês de setembro superado os valores de 2019.

Na comparação com o período homólogo do ano anterior, é necessário ter em conta que o primeiro estado de emergência foi declarado a 18 de março de 2020, pelo que, o 1º trimestre do ano anterior, foi pouco afetado pelas medidas de restrição adotadas.

Tendo em conta a aprendizagem obtida ao longo do ano anterior, que levou à adaptação de processos, nos agentes económicos em geral, e em particular na EEM, não se espera, à semelhança do que aconteceu em 2020, que seja colocado em causa o serviço público essencial de provimento de energia elétrica nem o compromisso da EEM para com a Região Autónoma da Madeira, no que tange à sua estratégia de desenvolvimento, que visa contribuir ativamente para a transição energética, nomeadamente, para a neutralidade carbónica.

Os importantes investimentos que têm vindo a ser realizados na área tecnológica e de sistemas de informação, permitiram o reforço das competências da EEM, que se revelaram fundamentais na capacidade de adaptação da Empresa na relação com os seus clientes, assegurando sob qualquer circunstância o fornecimento de energia elétrica e a estabilidade do sistema elétrico na Região Autónoma da Madeira.

Não obstante os impactos negativos que esta situação pandémica voltará a ter na economia de uma forma geral ao longo de 2021, não se perspetivam efeitos que coloquem em causa o equilíbrio económico e financeiro da empresa, quer por via da adaptação da EEM, bem como devido ao funcionamento do mecanismo regulatório, que mitiga os efeitos das variações do consumo de energia nos rendimentos/proveitos da empresa, limitando-os ao diferimento temporal dos respetivos fluxos financeiros.

Por outro lado, as medidas de apoio à população e às atividades económicas, tomadas pelas autoridades competentes, nomeadamente Governo e Regulador, em 2020 e 2021, com impacto na EEM, têm se traduzido num diferimento no recebimento da faturação de energia durante alguns meses. Estas medidas visam evitar a interrupção de fornecimento por falta de pagamento, por parte dos clientes que comprovem estar em situação de dificuldade económica e financeira devido à quebra de rendimentos.

Neste âmbito, foram ainda adotadas outras medidas, a aplicar em 2021, das quais destacamos, a redução da taxa IVA normal para a intermédia, nos primeiros 100 KWh de consumo mensal, em contratos até 6,9 kVA, sendo majorado em 50 KWh para famílias numerosas, e a redução de tarifas de energia elétrica de Média tensão (médias e grandes empresas) em 7,4%, Baixa tensão especial (empresas de média dimensão) em 2,8% e Baixa tensão normal (pequenos negócios e domésticos) em 1,4%.



2.2. Balanço

O Balanço inclui o comparativo a 31 de dezembro do exercício anterior.

O valor total do Ativo diminuiu 12,9 milhões de Euros, sendo as variações mais significativas a diminuição dos Créditos/Outros créditos a receber, em 4,1 milhões de Euros, dos Ativos fixos tangíveis e intangíveis em 3,7 milhões de euros e Disponibilidade em 3,8 milhões de Euros.

Nos Créditos/Outros créditos a receber as variações são, essencialmente, referentes a valores a receber do Sistema Elétrico Nacional (SEN), por via do mecanismo regulatório de compensação tarifária, existindo, quando aplicável, a reclassificação dos montantes a receber entre corrente e não corrente, de acordo com os prazos de recebimento preconizados no referido mecanismo. Nesta rubrica encontravam-se também registados, no final de 2020, 5,0 milhões de Euros referentes à isenção do pagamento atribuída aos clientes da EEM, do valor do consumo de energia entre os dias 16 e 31 de março de 2020, montante esse já ressarcido pelo Governo Regional em 2021.

A ligeira diminuição dos Ativos fixos tangíveis e intangíveis deve-se ao facto de, neste período, o valor do investimento ter sido inferior ao das depreciações e amortizações registadas. Dos investimentos realizados em 2021, destacam-se os referentes à conclusão da componente de transformação em sistema reversível, do projeto de ampliação do aproveitamento hidroelétrico da Calheta.

O saldo bruto de clientes aumentou 1,8 milhões de Euros face ao final do ano anterior, como consequência, essencialmente, das medidas de apoio à população e à atividade económica, adotadas no âmbito do combate à pandemia decretadas pelas entidades competentes, conforme anteriormente referido. Face à realidade vivida ao longo deste ano, e, por uma questão de prudência, foi reforçada a imparidade em 1,25 milhão de Euros.

A rubrica Estado e outros entes públicos, refere-se, no final do ano anterior, a imposto sobre o rendimento.

A variação do saldo das Participações registadas pelo Método da equivalência patrimonial (MEP), corresponde ao efeito líquido da incorporação dos resultados do período, distribuição de dividendos e variação de suprimentos.

Nos Capitais próprios, a evolução deriva do resultado líquido do período e do recebimento de subsídios ao investimento deduzidos dos valores reconhecidos em resultados do período (líquidos de imposto sobre o rendimento). Até final de setembro, foram recebidos cerca 3,9 milhões de Euros, dos quais, 3,3 milhões são referentes ao subsídio associado ao projeto de ampliação do aproveitamento hidroelétrico da Calheta e sua transformação em sistema reversível e 0,6 milhões à instalação da Central de baterias na ilha da Madeira.



Em 2021 foram atribuídos 2,5 milhões de Euros de dividendos referentes a resultados do ano anterior.

O Passivo bancário ascende a 312,0 milhões de Euros, diminuindo 13,3 milhões de Euros face ao final do ano transato. Líquido de disponibilidades, ascende a 303,1 milhões de Euros, menos 9,5 milhões de Euros que no final de 2020.

As Responsabilidades por benefícios pós-emprego correspondem a compromissos que a EEM assumiu, sob a forma de um plano de benefícios definidos, relativos a complementos de reforma e pré-reforma para com os trabalhadores que, à data do Acordo de Empresa, se encontravam abrangidos pela Caixa Nacional de Pensões. O valor desta rubrica tem vindo a decrescer, como consequência da diminuição da população abrangida.

O saldo de Fornecedores aumentou 5,4 milhões de Euros, devido ao aumento do preço dos combustíveis e da produção de origem térmica no 3º trimestre, fruto da diminuição significativa de recursos renováveis, especialmente hídricos.

A rubrica Outras dívidas a pagar diminuiu 5,3 milhões de Euros. Esta rubrica inclui, essencialmente, Direitos de passagem, aquisições de energia e de outros bens e serviços ainda não faturados, imposto sobre o rendimento associado a subsídios ao investimento recebidos, valores a devolver ao Sistema Elétrico Nacional (SEN), por via do mecanismo regulatório de compensação tarifária, encargos com férias e subsídio de natal do período, a pagar em períodos seguintes. No final de 2020, estavam também registados 2,5 milhões de Euros referentes a dividendos atribuídos.

As provisões, para fazer face a contingências/riscos decorrentes da atividade, considerados como prováveis, mantiveram-se inalteradas.

Os valores em dívida ao Estado, são referentes a impostos e contribuições a pagar, dentro dos prazos legais.

2.3. Demonstração de resultados

A Demonstração de resultados inclui, também, o comparativo relativo ao período homólogo do exercício anterior.

Conforme referido, na comparação com o período homólogo do ano anterior, é necessário ter em conta que o primeiro estado de emergência foi declarado a 18 de março de 2020, pelo que, o 1º trimestre do ano anterior, foi pouco afetado pelas medidas de restrição adotadas.



O valor total de Vendas e serviços prestados inclui 90,3 milhões de Euros de vendas de energia elétrica e 49,1 milhões de Euros relativos a compensação tarifária. A energia emitida para a rede ascendeu a 630,4 GWh, mais 3,6% que no período homólogo do ano anterior, tendo o preço médio do KWh vendido diminuído cerca de 2,3%, levando a um aumento de 1,3% no valor das vendas de energia. A diminuição do preço médio deve-se, essencialmente, à revisão em baixa das tarifas.

Tendo em conta a estreita relação do sector da energia com o mercado e economia madeirense, o consumo de energia elétrica tem variado de acordo com os avanços e recuos nas medidas de controlo da propagação do vírus, quer na Região Autónoma, quer nos mercados emissores de turistas. Em termos acumulados, o consumo de energia até o final do 3º trimestre de 2021 foi 3,6% acima do verificado em igual período do ano anterior. Desde março que se tem verificado uma progressiva e sustentada recuperação do consumo de energia, fruto da recuperação da atividade económica, tendo inclusivamente o mês de setembro superado os valores de 2019.

As medidas restritivas adotadas, bem como a contração económica originada pela pandemia, trouxeram alterações à estrutura de consumo de energia a partir de abril de 2020, nomeadamente com a diminuição do peso do consumo do comércio, serviços e hotelaria, por um lado, e por outro com o aumento do peso do consumo residencial. A recuperação económica verificada dos últimos meses, têm levado à inversão desta tendência. A variação do valor médio das tarifas depende não só da evolução dos preços de cada uma das categorias de tarifa, mas também de alterações na estrutura de consumo da base de clientes, embora com menor relevância.

Até final de setembro de 2021, as energias renováveis foram responsáveis por 33% da energia emitida para a rede, registando um aumento significativo na sua contribuição para o *mix* de produção comparativamente a igual período do ano anterior, no qual representavam apenas 25%, tendo a quantidade de energia destas fontes emitida para a rede atingido os 210,4 GWh, mais 59,2 GWh que no ano anterior.

O aumento mais significativo ocorreu na produção de origem hídrica (+32,8 GWh, correspondendo a um aumento de 96%), fruto da ocorrência de níveis de precipitação muito superiores aos do ano anterior, especialmente, no 1º quadrimestre do ano. A produção de origem eólica aumentou 31,2 GWh, mais 51% que em 2020.

O aumento da energia de fontes renováveis, foi essencialmente acomodado pela redução da produção de origem térmica em 37,1 GWh, tendo 22,1 GWh sido absorvidos pelo aumento do consumo.

A produção total da EEM diminuiu 2,7%, tendo a energia obtida a partir de fontes renováveis aumentado 32,1 GWh e a de origem térmica diminuído 41,1 GWh. A produção térmica a partir de fuel diminuiu 56,6 GWh, tendo a produção a Gás natural, menos poluente, aumentado 15,5 GWh.



A emissão de energia para a rede por produtores privados aumentou 11,5% (31,2 GWh) comparativamente ao ano anterior, tendo a energia de fontes renováveis crescido 27,2 GWh e a energia térmica aumentado 4,0 GWh.

O Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, inclui 25,4 milhões de Euros de combustíveis utilizados na produção de energia e 43,9 milhões de Euros de energia adquirida a terceiros.

Para a diminuição de 4% do custo com combustíveis contribuiu, essencialmente, a redução das quantidades consumidas, por via da quebra da produção de energia de origem térmica, especialmente a fuelóleo.

Para além da subida da cotação média do Brent, para o período de referência, que levou a um aumento dos preços dos seus derivados, importa referir que, os preços do fuel e do gasóleo utilizados na produção de eletricidade nas Regiões Autónomas, foram negativamente afetados pela eliminação progressiva da isenção de ISP, aprovada no Orçamento do Estado para 2021. Em 2021 estes produtos passam a ser tributados a 25% da taxa de ISP.

O custo com a aquisição de energia a terceiros aumentou 26%, em consequência do aumento da quantidade total adquirida, especialmente de fontes renováveis, e do aumento do custo da energia de origem térmica, essencialmente, pela muito significativa subida do preço das licenças de emissão de CO₂ e dos combustíveis.

Os Trabalhos para a própria entidade, referem-se a investimentos realizados com recurso a meios próprios, estando a variação ligada ao volume e natureza dos investimentos realizados em cada ano, aumentando cerca de 4% face ao ano anterior.

As Depreciações/amortizações, para além das relacionadas com ativos tangíveis e intangíveis, incluem 8,2 milhões de Euros referentes às licenças de emissão de CO₂, correspondentes às emissões verificadas no período. O custo das emissões apresenta um aumento, apesar da diminuição da produção de origem térmica, uma vez que a cotação das licenças de emissão aumentou significativamente, comparativamente a 2020.

A rubrica Fornecimentos e serviços externos (FSE) aumentou 14% face ao período homólogo do ano anterior. Esta rubrica inclui bens e serviços necessários à operação/exploração nas atividades da empresa, nomeadamente, produção, transporte, distribuição e comercialização de energia. Estão também incluídos gastos incorridos com investimentos realizados com recurso a meios próprios, que são registados por contrapartida da rubrica de Trabalhos para a própria entidade, sendo o valor total dos FSE influenciado pelo volume e natureza do investimento realizado em cada ano.

A periodicidade dos gastos com a manutenção planeada e fortuita, principalmente dos equipamentos produtivos, leva a que os FSE apresentem variações não regulares, quer anuais,



quer ao longo do próprio ano. Com efeito, as revisões dos grupos electroprodutores térmicos realizam-se em intervalos de 10.000/15.000 horas de funcionamento, de acordo com a idade, estado de conservação e regime de exploração do equipamento, levando normalmente cerca de 2 anos a atingir esse nível de produção. Para além disso, as intervenções têm de ser coordenadas de acordo com a disponibilidade de recursos renováveis (principalmente hídricos), bem como com as eventuais indisponibilidades, motivadas por intervenções nos centros produtores privados, de forma a manter adequados níveis de segurança de abastecimento.

Os Gastos com o pessoal aumentaram 1,1% face ao ano anterior, por força da aplicação dos Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho em vigor na EEM.

Foram registados 1,25 milhões de Euros de Imparidade de dívidas a receber, para fazer face às incertezas quanto ao impacto das medidas restritivas adotadas na sequência do agravamento da situação pandémica, no início do corrente ano.

A rubrica Outros rendimentos inclui, essencialmente, os montantes relativos ao reconhecimento em resultados de subsídios ao investimento, cujo montante diminui, à medida que os ativos a que dizem respeito, vão progressivamente chegando ao fim da sua vida útil, deixando assim o correspondente subsídio de ser refletido em resultados do exercício.

A rubrica Outros gastos, inclui 5,1 milhões de Euros referentes à taxa municipal de ocupação do domínio público por infraestruturas elétricas (Direitos de passagem). Os restantes valores correspondem, a impostos diretos e indiretos (Imposto do selo) e gastos relativos a indemnizações pagas a clientes por danos causados por perturbações na rede.

Os Juros e gastos similares no valor de 2,3 milhões de Euros, apresentam uma redução de 31% em relação ao ano anterior. Esta diminuição deve-se, à melhoria das condições de financiamento, em função das negociações desenvolvidas ao longo do ano anterior, o que permitiu reduzir o custo médio de financiamento, sendo esse efeito sentido na plenitude em 2021. Esta rubrica é apresentada líquida de encargos financeiros capitalizados.

O EBITDA apresenta um crescimento de 9% face ao ano anterior, atingindo 35,1 milhões de Euros.

O Resultado antes de imposto aumentou 20%, e o Resultado líquido 52%, atingindo 2,4 milhões de Euros.

Em sede de IRC, a sociedade aplica o regime especial de tributação dos grupos de sociedades.

2.4. Demonstração de fluxos de caixa

A Demonstração de fluxos de caixa inclui o comparativo relativo ao período homólogo do exercício anterior.

Em 2021, o valor das transferências relativas à compensação tarifária recebida do SEN por via do mecanismo regulatório de compensação tarifária, mantiveram-se ao nível do ano anterior, tendo os valores recebidos de clientes aumentado. Em 2021, os recebimentos de clientes incluem 5 milhões de Euros correspondentes ao ressarcimento pelo Governo Regional, da isenção do pagamento do valor do consumo de energia entre os dias 16 e 31 de março de 2020.

Os pagamentos a fornecedores variam, em grande medida, em função da disponibilidade de recursos renováveis e dos preços dos combustíveis.

Nos fluxos referentes a atividades de investimento, desataca-se o aumento do custo de aquisição de licenças de emissão de CO₂. Foram recebidos 3,9 milhões de Euros de subsídios ao investimento, mais 0,7 milhões do que em igual período do ano anterior.

Relativamente aos fluxos das atividades de financiamento, para além do pagamento dos juros e gastos similares, foram reembolsados 13,3 milhões de Euros de financiamentos bancários, dos quais 8,3 milhões referentes a empréstimos de médio e longo prazo, e 5 milhões a financiamentos de curto prazo.

Foram pagos 5,0 milhões de Euros de dividendos ao Governo Regional, dos quais 2,5 milhões referentes/atribuídos no ano anterior.

Apesar da difícil conjuntura do último ano e meio, o Cash-flow gerado pela empresa permitiu o integral cumprimento das responsabilidades para com os Fornecedores, Outros credores e Estado, bem como das relacionadas com o serviço de dívida.

O Contabilista Certificado

Rubina Gonçalves

O Conselho de Administração

